

Intervenção proferida pelo deputado regional Rui Ramos no período legislativo de Maio de 2009.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e senhores membros do Governo

É por todos reconhecido que uma das nossas grandes riquezas, para além do Povo Açoriano, é a natureza que nos brindou com toda a sua exuberância, beleza e perfeição.

Sendo a natureza um verdadeiro suporte de vida, a qualidade da sua presença é entre nós por todos reconhecido, constituindo inclusive uma marca capaz de colher a atenção, despertar a curiosidade e o interesse de um turismo que se quer de excelência, sobretudo no que toca à sua própria relação com a natureza. Aliás, o *slogan* “Natureza Intacta” ou “Natureza Mágica” reforçam precisamente essa mesma relação...

Reconhecemos por isso o valor que deve ter a natureza, sendo o exercício e a praxis desse valor, a garantia de um ambiente saudável, capaz de gerar uma qualidade de vida às populações, para além de ser uma condição imprescindível ao desenvolvimento do turismo de qualidade, capaz de constituir-se com um pilar essencial à nossa economia, gerando por isso mais emprego e mais bem-estar social.

Dito isto, senhoras e senhores Deputados, é dever de todos zelarmos determinada e empenhadamente pela manutenção de um ambiente saudável, pelo que urge dar aqui um sinal claro de pró actividade em prol dos Açorianos que representamos, e que nos deram a confiança e toda a legitimidade democrática para aqui estarmos hoje.

Se a natureza, se a qualidade ambiental devem ser questões para nós determinantes, a verdade é que as coisas nem sempre acontecem como devem acontecer e a situação que se vive há muito no concelho de Lagoa é paradigmático disso mesmo.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e senhores membros do Governo

Perante a persistência dos maus cheiros no Cabouco, Rosário, Santa Cruz e nos Remédios a Comissão de Moradores do Concelho de Lagoa, apresentou queixa formal a 6 de Novembro de 2007 à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, com o conhecimento da Direcção Regional Comércio, Indústria e Energia, bem como das Câmaras Municipais de Lagoa e da Ribeira Grande.

Esperava-se assim que tal situação merecesse outra atenção, capaz de pôr fim a uma história, de resto inconcebível em pleno século XXI.

Nessa altura, face à queixa dos moradores, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar esclareceu que ambas as explorações estavam em processo de Licenciamento Ambiental e que, dada a natureza da sua actividade, estavam por lei obrigadas a implementar as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD).

Acrescentava ainda que durante o processo de licenciamento ambiental tais questões seriam “analisadas mais a fundo, sendo possível impor nas licenças ambientais a implementação de outras medidas” que permitissem “pôr termo aos maus cheiros relatados”.

Não obstante as boas intenções, a verdade é que os maus cheiros ainda persistem, sobretudo no Verão, sendo esta situação insustentável para as populações, “obrigadas” que estão, “condenadas” que estão a conviver diariamente com os odores oriundos dos excrementos dos porcos.

Não basta assim apenas dizer-se que o facto de existirem explorações com mais de 15 mil animais é por si só uma situação geradora de odores, nem muito menos as populações se podem satisfazer com o compromisso assumido de “acompanhar e **continuar a fiscalizar** estas e outras instalações”, pois, ao que parece, tal acompanhamento e tal fiscalização não surtiram, até hoje, qualquer efeito.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e senhores membros do Governo

Tratando-se (quer a Agraçor, quer a Humberto Silva) de instalações PCIP abrangidas pela (Prevenção e Controlo Integrados de Poluição), estão por isso obrigadas a implementar Melhores Técnicas Disponíveis (MTD), conforme previsto no n.º 1 do art. 8º do Decreto-lei n.º194/2000, de 21 de Agosto.

Para quem convive há anos com os maus cheiros, trata-se de uma situação insuportável, que prejudica a qualidade de vida das pessoas e que cria enormes obstáculos ao progresso da Lagoa, já que, por exemplo, o Cabouco tem condições únicas para o desenvolvimento de uma política de turismo rural e ambiental, com benefícios para todos.

Não obstante a saturação das pessoas, não está, nem nunca esteve em causa o encerramento nem sequer a deslocalização das empresas. Todos estão conscientes da sua importância económica e do emprego que conseguem manter e garantir.

Todavia, senhoras e senhores Deputados, impõe-se uma nova postura que congregue não só a vontade das pessoas, das autarquias, mas também e sobretudo as Secretarias Regionais responsáveis pela economia, agricultura e pelo ambiente.

Este é o apelo que aqui fazemos; uma acção concertada destes organismos que permita manter a actividade das empresas e o emprego, mas garanta sobretudo a qualidade de vida das populações.

Em suma, é urgente, necessário e imperioso mais empenhamento, mais fiscalização e mais determinação na defesa das pessoas.

Definitivamente as coisas não poderão continuar como dantes...

Muito obrigado

Rui Ramos

2009-05-12